

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No início de 2011 acreditávamos que haveria gradual crescimento da demanda por equipamentos nos diversos segmentos em que atuamos, principalmente avançados pela retomada dos investimentos em Geração de Energia Hidroelétrica, Eólica e no Pré-Sal. Porém, esta expectativa não se concretizou e impactou negativamente no desempenho da indústria nacional. O crescimento do PIB, assim como da atividade industrial e dos investimentos ficaram abaixo do esperado no início de 2011 e isso refletiu em nossos resultados.

Além disso, o cenário externo se deteriorou ao longo do ano com o agravamento da crise europeia e todos esses fatores geraram uma postergação de novos investimentos, fato esse sentido mais fortemente no 2º semestre de 2011 pela Bardella. Do ponto de vista de execução, o ano de 2011 foi importante pelo avanço na fabricação e consequentemente na entrega dos equipamentos hidromecânicos e de levantamento para as usinas hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio.

A Companhia continuará buscando direcionar os seus esforços no sentido de racionalização de processos, otimização de recursos, a fim de garantir a competitividade e qualidade de nossos produtos, assim como, por soluções tecnológicas que agreguem valor aos negócios.

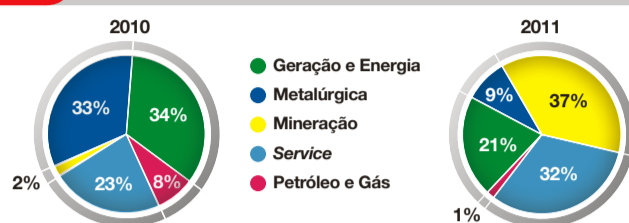
CLAUDIO BARDELLA

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos nossos acionistas as Demonstrações Financeiras da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. O total da receita líquida a apropriar considerando controladas e coligadas em 31/12/2011 era de R\$ 497 milhões e em 31/12/2010 era de R\$ 725 milhões. A receita líquida a apropriar da controladora em 31/12/2011 era de R\$ 243,69 milhões e em 31/12/2010 era de R\$ 332,28 milhões.

Carteira de encomendas a apropriar



Em 2011, a receita líquida de vendas de aços treilados e laminados foi de R\$ 68,37 milhões (R\$ 75,29 milhões em 2010).

MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para diversas siderúrgicas brasileiras e indústrias em geral;
- Equipamentos de processos para a Petrobras e suas subsidiárias;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas de Santo Antônio e Jirau;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

INVESTIMENTOS

Os investimentos previstos no orçamento de capital aprovado em 2011, no valor de R\$ 23,025 milhões, foram implementados no ano de 2011.

SISTEMA DE GESTÃO

A Companhia possui um Sistema de Gestão Integrada estruturado em processos, e tendo seu desempenho monitorado por meio de programas de gestão, os quais estabelecem os respectivos objetivos, indicadores e metas.

O Sistema de Gestão Integrada possui as seguintes certificações/datas das certificações: ISO 9001:2008 (Sistema de Gestão da Qualidade)/abril de 1993; ISO 14001:2004 (Sistema de Gestão do Meio Ambiente)/novembro de 2000; OHSAS 18001:2007 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional)/maio de 2005. Exclusivamente para a planta da Bardella de Sorocaba, além do Sistema de Gestão Integrada, a Companhia possui um Sistema de Gestão da Qualidade para fabricação de equipamentos

pressurizados, devidamente certificado pelo ASME (American Society of Mechanical Engineers), desde o ano de 2003, para os seguintes equipamentos: Selo U - Equipamentos de pressão divisão 1 do código ASME; Selo U2 - Equipamentos de pressão divisão 2 do código ASME; Selo S - Caldeiras.

RECURSOS HUMANOS

- Nosso quadro de colaboradores em 31/12/2011 era de 1.465 (2.007 em 31/12/2010);
- O Programa de Participação nos Resultados da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, estabeleceu a distribuição de até um salário e meio por colaborador. Em 2011 foi destinado o montante de R\$ 2,9 milhões (R\$ 2,8 milhões em 2010);
- A remuneração em 2011 de todos os colaboradores acrescida dos encargos sociais, atingiu o montante de R\$ 117 milhões (R\$ 127 milhões em 2010);
- Os investimentos em benefícios aos colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, transportes, recreação e outros, em 2011 atingiu o montante de R\$ 15 milhões (R\$ 15 milhões em 2010).

A Bardella participa ativamente das comunidades onde mantém operações, tendo como prioridade os aspectos de qualidade de vida, saúde, educação e cidadania.

As principais ações e projetos nos quais a Bardella está envolvida são:

- ONG Viva Guarulhos - Melhoria da Qualidade de Vida em Guarulhos;
- Programas na cidade de Araras, em parceria com a Prefeitura, na área de Educação em eventos do dia dos professores e distribuição de livros e brinquedos pedagógicos para as escolas municipais.

EMPRESAS CONTROLADAS

Barefame Instalações Industriais Ltda.

No exercício findo em 31/12/2011, a receita operacional líquida da empresa atingiu o montante de R\$ 116,49 milhões (R\$ 134,7 milhões em 2010) e realizou um prejuízo líquido de R\$ 10,2 milhões (R\$ 7,7 milhões em 2010 de prejuízo). A receita líquida a apropriar em 31/12/2011 era de R\$ 49,51 milhões (R\$ 145,28 milhões em 2010), distribuído nas seguintes áreas de atuação:

	2011	2010
Geração de Energia	95%	47%
Petróleo e Gás	5%	47%
Siderúrgico	5%	6%

O quadro de colaboradores em 31/12/2011 era de 574 (952 em 31/12/2010).

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.

A empresa tem como atividade principal o agenciamento de seguros para a Bardella S.A., suas controladas, os colaboradores das mesmas e ao mercado, e administra seus imóveis. Trabalha também em sinergia com a empresa controladora e suas empresas controladas para obtenção de seguros necessários à participação em concorrências.

IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.

Empresa constituída em 2008 a partir de uma joint venture entre a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (50%) e Aistom Hydro Energia Ltda. (50%), instalada no Estado de Rondônia em um terreno de 235.000 m², entrou em operação no segundo semestre de 2009 e teve como objetivo inicial e principal, o fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento para a usina hidroelétrica de Santo Antônio no rio Madeira.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo, Participação de Acionistas não Controladores e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010	2011	2010
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.958	348	20.302	21.839	Empréstimos e financiamentos	17	57.077	57.736	78.743	66.392
Contas a receber de clientes	6	161.290	218.387	177.522	223.887	Fornecedores		29.812	71.729	38.790	74.304
Partes relacionadas	13	31.577	8.222	-	528	Impostos e contribuições a recolher		4.899	2.954	7.458	6.402
Estoques	8	92.065	98.921	122.020	136.153	Salários e férias a pagar		13.039	16.228	20.155	25.626
Impostos a recuperar	10	31.437	41.236	58.316	66.454	Adiantamentos de clientes	18	76.122	69.848	96.705	140.196
Despesas antecipadas		1.001	1.953	2.137	3.124	Outras contas a pagar		6.614	19.715	13.028	24.738
Outros créditos	12	7.171	16.389	14.083	32.909	Dividendos e juros sobre o capital próprio		9.262	9.570	9.262	10.871
		326.499	385.456	394.380	484.894	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.713	11.727
								196.825	247.780	265.854	360.256
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas		10.816	47.577	-	-
Partes relacionadas	13	5.941	4.857	-	-	Empréstimos e financiamentos	17	13.528	16.899	57.833	52.066
Títulos e valores mobiliários	11	14.191	46.920	30.329	67.683	Provisão para demandas judiciais	19	5.568	11.377	9.144	14.772
Impostos a recuperar	10	3.986	4.347	5.097	5.345	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	43.383	56.407	50.019	69.512
Impostos diferidos		-	-	1.823	-	Outras contas a pagar		10	10	5.553	2.585
Despesas antecipadas		-	-	1.782	2.377			73.305	132.270	122.549	138.935
Outros créditos	12	4.973	3.813	9.469	7.340	Patrimônio líquido	20				
		29.091	59.937	48.500	82.745	Capital social		116.800	116.800	116.800	116.800
Imobilizado	14	234.554	237.710	370.800	377.488	Reservas de capital		65.763	36.593	65.763	36.593
Investimentos	15	108.542	147.265	4.572	4.386	Ajustes de avaliação patrimonial		138.147	167.416	138.147	175.174
Propriedades para investimento	9	-	-	4.388	4.546	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		547	-	547	-
Intangível	16	9.501	5.318	13.134	9.997	Reservas de lucros		116.800	134.877	116.800	127.018
Diferido		-	50	-	-	Participação de acionistas não controladores		-	-	-	9.280
		381.688	450.280	441.194	479.162			438.057	455.686	447.171	464.865
		708.187	835.736	835.574	964.056			708.187	835.736	835.574	964.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Total	Ativo diferido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Reservas inc. fiscais	Reservas de capital	Legal	Retenção de lucros							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	116.800	-	15.368	19.019	73.394	32.316	-	193.463	450.360	(466)	7.953	457.847
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	10.192	10.192	-	1.276	11.468
Valorização das ações da Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	-	6.271	6.271	-	-	6.271
Reserva de ajuste avaliação patrimonial (investidas)	-	-	-	-	-	25.353	-	(25.353)	-	-	-	-
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	416	-	416
Realização da depreciação do ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	5.593	-	(6.965)	(1.372)	-	-	(1.372)
Outros ajustes mudanças de práticas contábeis	-	-	-	-	-	(421)	-	-	(421)	-	-	(421)
Reserva para incentivos fiscais	-	21.225	-	-	-	(20.887)	(338)	-	-	-	-	-
Reserva para orçamento de capital	-	-	-	-	23.025	(23.025)	-	-	-	-	-	-
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	510	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(9.344)	-	-	(9.344)	-	-	(9.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	116.800	21.225	15.368	19.529	96.419	18.929	-	167.416	455.686	(50)	9.229	464.865
Dividendos complementares pagos	-	-	-	-	-	(18.929)	-	-	(18.929)	-	(4.095)	(23.024)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	34.652	34.652	-	3.980	38.632
Valorização das ações da Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(6.507)	(6.507)	-	-	(6.507)
Realização por baixa ações da Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(15.042)	(15.042)	-	-	(15.042)
Equivalência patrimonial s/ result. abrang. colig./controladas	-	-	-	-	-	-	-	(2.882)	(2.882)	-	-	(2.882)
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	50
Realização da depreciação do ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	3.326	-	(3.326)	-	-	-	-
Equivalência patrimonial s/ realização da depreciação	-	-	-	-	-	-	-	(1.512)	(1.512)	-	-	-
Reserva para incentivos fiscais	-	29.170	-	-	-	(29.170)	-	-	-	-	-	-
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	1.733	-	(1.733)	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(334)	-	-	-	(8.921)	-	-	(8.921)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(547)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	116.800	50.395	15.368	21.262	95.538	-	547	138.147	438.057	-	9.114	447.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	32.731	(716)	42.934	1.072
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	13.880	9.787	28.711	25.072
Provisões (constituições e reversões)	(7.877)	10.615	(7.726)	11.906
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.921	10.908	2.020	32.836
Encargos financeiros s/ financiamentos	13.734	14.887	17.860	19.325
Custo baixa imobilizado, investimentos	109	20.196	4.300	57.606
Resultado na venda imobilizado, investimentos	(22.870)	(34.173)	(22.870)	(100.414)
Equivalência patrimonial	(21.617)	(34.587)	(174)	(3)
	10.011	(3.083)	65.055	47.400
Variações nos ativos e passivos				
Redução em contas a receber	31.878	47.905	51.098	72.723
Redução/aumento nos estoques	6.856	(6.651)	14.133	29.319
Redução/aumento nos impostos a recuperar e outros	22.018	(23.144)	24.842	(59.958)
Redução/aumento em fornecedores	(41.917)	15.950	(35.514)	9.328
Aumento/redução nos adiantamentos de clientes	6.274	(122.972)	(43.491)	(189.583)
Redução/aumento em outras contas a pagar	(52.888)	60.845	(33.899)	9.532
	(27.779)	(28.067)	(22.831)	(128.639)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.574)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(17.768)	(31.150)	38.650	(100.145)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				



BARDELLA

CNPJ 60.851.615/0001-53
Sociedade Anônima de Capital Aberto

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas



abrasca
compañia associada

ACAO
NORMAS ADORE
SÃO MÉRITAS
NAS BOLSAS DE VALORES

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	496.491	680.396	740.697	982.063
Outras receitas	22.970	30.014	58.973	75.939
	519.461	710.410	799.670	1.058.002
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	359.268	550.457	518.755	699.558
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	12.738	53.113	17.540	105.687
	372.006	603.570	536.295	805.245
Valor adicionado bruto	147.455	106.840	263.375	252.757
Depreciação e amortização	13.880	9.787	28.711	25.072
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	133.575	97.053	234.664	227.685
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	21.617	34.587	174	3
Receitas financeiras	6.545	7.941	9.653	12.557
Outras	13.909	40.745	25.621	55.707
	42.071	83.273	35.448	68.267
Valor adicionado total a distribuir	175.646	180.326	270.112	295.952
Distribuição do valor adicionado	175.646	180.326	270.112	295.952
Empregados	99.220	125.499	149.440	170.629
Remuneração direta	88.164	105.228	131.254	130.520
Benefícios	4.573	13.236	8.721	28.362
FGTS	6.483	7.035	9.465	11.747
Tributos	26.911	27.227	65.691	85.989
Federais	23.528	25.592	37.466	56.119
Estaduais	2.048	53	25.010	22.867
Municipais	1.335	1.582	3.215	7.003
Remuneração de capitais de terceiros	14.863	17.408	20.329	29.142
Juros	13.734	14.887	17.860	19.325
Aluguéis	1.129	2.521	2.469	9.817
Remuneração de capitais próprios	34.652	10.192	34.652	10.192
Dividendos	8.921	9.344	8.921	9.344
Lucros retidos	25.731	848	25.731	848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas ("Companhia"), tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente, além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedica-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trellados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A empresa possui duas plantas industriais no Estado de SP, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da empresa está localizada na Av. Antonio Bardella, 525 - Cumbica - Guarulhos - SP. A Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada da Companhia, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, montagem e manutenção de dutos enterrados. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP. A Barefame Industrial Ltda. foi constituída no final de 2011 e está situada na cidade de São Mateus - ES. A Empresa tem como objetivo principal a industrialização de máquinas e equipamentos.

A Energo Agro Industrial Ltda., controlada da Companhia, tem por objeto a exploração de madeira de reflorestamento e outras atividades agrícolas e pastorais, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP. Em 31/12/2010, a empresa concluiu a venda integral dos ativos biológicos (gado e reflorestamento).

A Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada da Companhia, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a Alstom Hydro Energia Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento, principalmente para a usina de Santo Antônio no Rio Madeira em Rondônia. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

A Duraferro Indústria e Comércio Ltda., atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.

A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos e Óleo e Gás.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2011 são apresentadas pela Companhia de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações contábeis individuais, exceto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, relativo ao ativo diferido (Nota 3.12). Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Contábeis estão expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados. A diretoria da Companhia, em reunião realizada em 20 de março de 2012, autorizou emissão destas demonstrações contábeis.

A Companhia declara que as demonstrações contábeis consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2011, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*).

2.2. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia e suas controladas de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia e suas controladas não avaliando os impactos destes pronunciamentos e pretendem adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis - Apresentação de itens de outros resultados abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 12 Imposto de Renda - Recuperação dos Ativos Subjacentes: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo. Introduziu a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará a contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no primeiro semestre de 2012.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação - Entidades para Fins Especiais - Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 - Acordos Conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013 e traz mudanças nos conceitos e métodos de consolidação deste tipo de empreendimento.
- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é reduzir a complexidade nas mensurações de valor justo uma vez que estabelece um conceito único para esta mensuração e aumentar a consistência dos relatórios emitidos que envolvem este tipo de mensuração.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Ventures* (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em associadas e *joint ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas divulgações relacionadas a baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia e suas controladas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas brutas de vendas para produtos fabricados sob encomenda foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento ou orçamento. As receitas de serviços prestados foram reconhecidas no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

3.2. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia e suas Controladas usem de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, quando aplicável: valor residual do ativo imobilizado e intangível; cálculo do custo atribuído (*deemed cost*) para determinados grupos de ativos imobilizados; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; o cálculo do valor justo dos ativos biológicos; taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; provisão para redução ao valor recuperável de ativos; provisão para devedores duvidosos; provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; créditos fiscais diferidos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas pelo menos trimestralmente.

3.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Todas as entidades consolidadas estão situadas no Brasil e possuem sua moeda funcional definidas em Reais (R\$). Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Reais - R\$) pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

a. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

c. Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

d. Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualizações monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo, sendo sua contrapartida contabilizada no resultado do exercício como ganhos/perdas com derivativos na rubrica de resultado financeiro líquido.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Classificação entre circulante e não circulante: Instrumentos financeiros derivativos são classificados como de circulante e não circulante ou segregados em parcela de circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a empresa mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou circulante se mantido por um período inferior a 12 meses), consistentemente com a classificação do item correspondente. O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente e provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.7. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela administração.

3.8. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças patrimoniais após a aquisição da participação societária na coligada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

3.9. Ativo imobilizado e propriedades para investimento

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e suas controladas, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPD nº 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas Máquinas, Equipamentos, Edificações e Ativo Biológico para atribuir um novo custo (*deemed cost*).

A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada, exceto para Terras e Fazendas que possuem vida útil indefinida. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial ou mediante estudos técnicos fundamentados que determinaram os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os bens de produção registrados no ativo imobilizado estão líquidos de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

3.10. Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por *softwares* amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

3.12. Ativo diferido

O Ativo Diferido foi registrado ao custo de aquisição ou formação. Conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 (em linha com o artigo 299A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.941/09), a Controladora manteve em suas demonstrações contábeis os saldos da rubrica Ativo Diferido referente a despesas pré-operacionais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os referidos saldos foram baixados para a rubrica de lucros acumulados na data de transição para o IFRS, visto que a manutenção desse ativo não é permitida pelas normas internacionais de relatório financeiro nas demonstrações contábeis consolidadas. Esta é a única diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados das demonstrações contábeis individuais e consolidadas (Nota 2.1).

3.13. Redução ao valor recuperável

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.15. Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas Controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.16. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) previsto na Lei nº 11.941/09.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídas em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e o CPC nº 32 - Tributo sobre o lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

3.19. Dividendos e juros sobre capital próprio

Pela legislação brasileira é permitida às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção do imposto de renda à alíquota de 15%.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicável, efetuada pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica de "Dividendos e JCP a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

3.20. Lucro por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante:				
Clientes no País - Contratos de construção (Nota 7)	68.871	60.844	77.597	57.961
Produtos seriados	8.885	10.091	10.209	16.955
Efeitos a faturar (Nota 7)	86.025	148.021	92.863	150.166
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.491)	(423)	(3.147)	(1.049)
Ajustes a valor presente	-	(146)	-	(146)
Subtotal	161.290	218.387	177.522	223.887
Partes relacionadas - Contratos de construção (Notas 7 e 13)	29.784	2.497	-	528
Total	191.074	220.884	177.522	224.415

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial 31/12/2010	(423)	(1.049)
Adição	(2.213)	(2.244)
Reversão	145	146
Saldo final 31/12/2011	(2.491)	(3.147)

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	8.091	9.135	8.468	8.340
De 1 a 30 dias	512	283	527	6.875
De 31 a 60 dias	-	342	14	425
De 61 a 90 dias	2	15	9	15
De 91 a 120 dias	-	15	17	31
Acima de 121 dias	280	301	1.174	1.269
	8.885	10.091	10.209	16.955

Efeitos a faturar: refere-se à quantia bruta devida pelo contratante relativa aos trabalhos do contrato executados e não cobrados ou recebidos. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica. A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7. CONTRATOS DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO

Os contratos de construção correspondem aos produtos sob encomenda, cujo reconhecimento da receita bruta no resultado é feita tomando-se como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço e apurada através da proporção dos custos incorridos, em contraposição aos custos estimados totais do contrato (método da percentagem completada), conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados (Nota 6)	98.655	63.341	77.597	58.489
Saldo a receber dos contratos em execução e não faturados (Nota 6)	86.025	148.021	92.863	150.166
	184.680	211.362	170.460	208.655
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de construção completos e em execução (Nota 18)	(76.122)	(69.848)	(96.705)	(140.196)
Contratos de construção líquido a receber	108.558	141.514	73.755	68.459

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados	16.049	17.648	16.152	17.857
Produtos em elaboração	14.912	5.172	16.248	8.446
Matérias primas	60.343	74.994	85.549	106.762
Material de consumo	761	1.107	4.071	3.088
	92.065	98.921	122.020	136.153

9. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Edifícios	-	-	-	519
Aluguéis recebidos (12 meses findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010)	2,77	4.660	(272)	4.388
				501

As propriedades para investimento pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e correspondem a três andares de prédio comercial alugados. Com base em propostas de aquisição recebidas em 2011, não foram identificados indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável das propriedades para investimento.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante:				
ICMS	993	1.151	947	1.158
IPI	4.069	10.851	4.386	10.961
Imposto de renda e contribuição social	4.285	2.911	12.003	19.894
COFINS	17.746	21.051	32.266	26.334
PIS	3.851	4.567	7.129	5.840
Outros	493	705	1.585	2.267
	31.437	41.236	58.316	66.454
Não Circulante:				
ICMS decorrentes da aquisição de ativo imobilizado	678	1.147	1.099	1.941
IPI	668	640	691	640
PIS	2.640	2.560	2.651	2.605
COFINS	-	-	109	159
Outros	-	-	547	-
	3.986	4.347	5.097	5.345
	35.423	45.583	63.413	71.799

Edifícios decorrentes da aquisição de ativo imobilizado

Os impostos a recuperar pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e correspondem a três andares de prédio comercial alugados. Com base em propostas de aquisição recebidas em 2011, não foram identificados indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável das propriedades para investimento.

b. Imposto de Renda e Contribuição Social

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.941/09

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis adotadas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas Controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2011) aprovado pelos órgãos da administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e suas Controladas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Prejuízos fiscais	14.383	10.916	19.748	14.147
Base negativa da contribuição social	2.650	3.640	4.581	6.820
Diferenças temporárias	2.689	5.533	3.977	7.638
Total IR/CSLL diferido ativo	19.722	20.089	28.306	28.605
Saldo de IR/CSLL diferido ativo (*)	-	-	(1.823)	-
Efeito de IR/CSLL dif. passivo adoção dos novos pronunciamentos	19.722	20.089	26.484	28.605
	(63.105)	(76.496)	(76.503)	(98.117)
Saldo de IR/CSLL diferidos passivo	(43.383)	(56.407)	(50.019)	(69.512)

A administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a elas correspondentes.

(*) Refere-se a IR/CSLL diferido líquido da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com o imposto diferido passivo.

A seguir demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:

	Controladora	Consolidado
2012	724	750
2013	2.102	2.841
2014	2.166	3.136
2015	2.174	3.176
2016	2.175	3.204
2017	2.173	3.208
2018	2.166	3.205
2019	2.157	3.199
2020	2.144	3.187
2021	1.741	2.400
	19.722	28.306

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, aprovados pelos órgãos da administração, levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, consequentemente estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	32.731	(716)	42.934	1.072
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(11.129)	243	(14.598)	(364)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	21.617	34.587	-	-
Receita de incentivos fiscais	-	-	29.170	20.887
Resultado na venda dos ativos florestais	-	-	-	24.973
Despesas indedutíveis	(1.297)	(1.769)	-	(1.769)
	20.320	32.818	29.170	44.091
Efeito das diferenças permanentes pela alíquota nominal	6.909	11.158	9.918	14.991
Efeito do crédito fiscal diferido não constituído em anos anteriores (devido ao limite de recuperação)	5.330	-	5.330	-
Crédito fiscal diferido não constituído (BAREFAME)	-	-	(5.053)	-
Outros	811	(494)	101	(696)
Imposto de renda e contribuição social	1.921	10.908	(4.302)	13.930
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	1.921	10.908	(4.302)	13.930
Corrente	-	-	(6.322)	(18.906)
Diferido	1.921	10.908	2.020	32.836

Crédito Fiscal não Constituído: refere-se a diferenças temporárias e prejuízos fiscais sobre os quais não foi constituído o crédito fiscal diferido em razão do limite aprovado pela administração no estudo técnico já mencionado nesta Nota. Em 31 de dezembro de 2011 o montante de prejuízo fiscal e a base negativa não constituído é de R\$ 17.024 (R\$ 15.679 em 2010).

11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Essa conta é formada por ações da Vale S.A. O ganho ou perda proveniente de alteração do valor justo de um Ativo Financeiro Disponível para Venda é reconhecido como outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação patrimonial), exceto no caso de perdas no valor recuperável e de ganhos e perdas de variações cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido (vendido ou transferido), momento em que o ganho ou perda cumulativo, anteriormente reconhecido, deverá ser reconhecido no resultado. Os dividendos resultantes de um instrumento patrimonial disponível para venda são reconhecidos no resultado quando o direito da entidade de recebê-los é reconhecido.

O valor de mercado das ações foi obtido através da entidade custodiante e referem-se à cotação dos títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, no último dia do exercício.

Estes instrumentos financeiros foram classificados na categoria de "Investimentos detidos para a venda".

O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada exercício está demonstrado conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2011
Quantidade de ações PNA N1 - Vale5	964.830	374.830
Valor de mercado na data de fechamento	48,63	37,86
Custo de aquisição	127	49
Variação do valor justo	46.793	14.142
Saldo contábil (fair value)	46.920	14.191

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Adiantamento a fornecedores	4.671	12.361	7.709	26.860
Adiantamentos de férias	763	-	763	-
Adiantamento a Controladas	-	-	3.278	-
Indenização de seguros	247	-	247	-
Outros	1.490	4.028	2.086	6.049
	7.171	16.389	14.083	32.909
Não Circulante				
Depósitos Judiciais	4.187	3.671	5.109	4.478
Depósitos para garantia em consórcio	-	-	3.564	2.003
Outros	786	142	796	859
	4.973	3.813	9.469	7.340
	12.144	20.202	23.552	40.249

12. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	1.391.070	-	1.391.070	-
Variação do valor justo	48,63	-	48,63	-
Valor de mercado na data de fechamento	349	-	349	-
Custo de aquisição	67.300	(14.450)	67.300	(22.792)
Variação do valor justo	34	(34)	34	-
Ajuste adoção inicial	67.683	(14.484)	67.683	(22.870)
Saldo contábil (fair value)	67.683	(14.484)	67.683	(22.870)

13. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações e entre partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas Controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

a. Contratos de mútuo - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados à taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras.

b. Vendas de produtos e serviços - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais.

c. Prestação de serviços administrativos e aluguéis - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os aluguéis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes.

d. Avas, fianças, hipotecas concedidas em favor das Controladas e Coligadas - A Companhia concedeu os seguintes avais em favor das Controladas do grupo, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Barefame Instalações Industriais Ltda.	33.178	29.016
IMMA Indústria Met. e Mecânica da Amazônia Ltda.	29.702	35.533
Duraferr Indústria e Comércio Ltda.	20.914	14.595
Total	83.794	79.144

e. Composição dos saldos patrimoniais e transações realizadas entre a Controladora e suas Controladas em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
--	------------------	--	----------------------	--	--------------------	--	------------------------	--



BARDELLA

CNPJ 60.851.615/0001-53
Sociedade Anônima de Capital Aberto



Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

abrasca
compañia associada

ACAO
MÓDULO ADOPTADO
SÃO MÉRITOSAS
NAS BOLSAS DE VALORES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação dos saldos

	Barefame Inst. Inds. Ltda.	Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor. Seguros Ltda.	Energro Agro Industrial Ltda.	Duraferro Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	30.030	41.690	27.864	9.624	7.516	4.249	120.973
Resultado de equivalência patrimonial	(7.773)	5.793	4.221	3.724	28.618	4	34.587
Integralização de capital	-	191	-	-	-	-	191
Lucros pagos	-	(1.980)	(247)	(4.063)	(809)	-	(7.099)
Juros sobre o capital próprio	-	(636)	-	-	(405)	-	(1.041)
Lucros a distribuir	-	-	(524)	-	37	-	(487)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	22.257	45.058	31.314	9.285	34.957	4.253	147.124
Resultado de equivalência patrimonial	(9.053)	3.213	443	3.975	22.865	174	21.617
Realização por baixa do ajuste avaliação patrimonial	157	-	-	-	-	-	157
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	(3.037)	-	-	-	-	(3.037)
Lucros pagos	-	(18.244)	(26.802)	(4.147)	(7.425)	-	(56.618)
Lucros a distribuir	-	-	-	-	(842)	-	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	13.361	26.990	4.955	9.113	49.555	4.427	108.401

16. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas Controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

Vida útil definida	Prazo de vida útil	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Saldo em 31/12/2010	Aquisições	Baixas	Custo Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Software	5 anos	17.070	4.946	-	22.016	(15.089)	(763)	-	(15.852)
Ágio aquis. Investimento Duraferro	indefinida	3.337	-	-	3.337	-	-	-	-
		20.407	4.946		25.353	(15.089)	(763)		(15.852)
						5.318			9.501

Composição do saldo dos ágios: A partir de 1º de janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1). Em 31/12/2011, a Companhia e suas Controladas não identificaram necessidade de provisão para perdas com base nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos da administração.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Imobilizado	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2011	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado		Trabalhistas/cíveis	31/12/2010	Consolidado	
				31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010			Saldo Inicial	Saldo final
Bndes - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	11.090	14.257	11.090	14.257	Trabalhistas/cíveis	1.440	1.742	2.122
Bndes - Finem	TJLP	2,90%	15/08/12 a 15/03/13	1.643	3.117	4.734	3.117	Tributárias:	-	-	-
								.Federal	14.955	(5.997)	8.958
Bndes - Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	29.702	17.767	.Municipal	390	2	392
Bndes - Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	8.207	5.190	Outras	532	(315)	217
Bndes - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	2.595	-	2.595	-	Depósitos judiciais	(2.545)	-	(2.545)
Bndes - Finame	TJLP	1,40%	15/09/13	512	774	971	2.065		14.772	(4.568)	(1.060)
Bndes - Finame	TJLP	2,30%	15/08/13 a 15/01/14	-	-	43	-	Demandas Trabalhistas e Cíveis			
Bndes - Finame	TJLP	3,80%	15/10/12	201	453	277	1.404	Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas as seguintes verbas: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas Controladas, para os quais foram provisionados R\$ 1.797 na controladora (em 31/12/2010 era R\$ 1.006) e R\$ 2.122 no consolidado (em 31/12/2010 era de R\$ 1.440), relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.			
Bndes - Finame	TJLP	3,23%	15/02/12 a 16/09/13	-	-	3.301	7.185	Demandas Tributárias			
Bndes - Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	3.508	3.946	A Companhia e suas Controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado o valor total de R\$ 4.002 na controladora (em 31/12/2010 era de R\$ 10.602) e R\$ 9.567 consolidado (em 31/12/2010 era de R\$ 15.877).			
Outros	Fixa	16,20%	13/08/14	-	-	3.785	-	Para os processos trabalhistas, cíveis e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 47.328 (em 2010 era de R\$ 38.652) nenhuma provisão foi constituída.			
Outros	CDI	12,3%	do CDI	-	-	-	-	20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)			
Arrendamento Mercantil	Fixo	17,16%	15/02/12 a 16/09/13	3.486	4.398	3.486	4.398	a. Capital social			
								Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.			
Subtotal				19.527	22.999	76.269	66.822	b. Reservas de Lucros			
Capital de Giro								O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.			
Financiamento à Importação	EUR	3,22%	23/01/12 a 07/05/12	6.744	-	6.744	-	Reserva Legal			
Financiamento à Importação	EUR	5,13%	10/01/11 a 27/06/11	-	5.623	-	5.623	É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.			
Financiamento à Importação	US\$	1,83%	23/01/12 a 15/05/12	3.025	-	3.025	-	Reservas de Incentivos Fiscais			
Financiamento à Importação	US\$	1,95%	17/01/11 a 13/05/11	-	-	-	3.520	É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.			
Nota de Crédito à Exportação	CDI	1,00%	15/06/11	-	14.345	-	14.345	Reservas de Retenção de Lucros			
Capital de Giro	CDI	2,83%	08/01/12 a 29/03/12	41.309	-	41.309	-	É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital.			
Capital de Giro	CDI	1,65%	11/02/11	-	15.099	-	15.099	c. Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Finame Fabricante	TJLP	1,26%	21/03/11	-	13.049	-	13.049	São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.			
Financiamento Fornecedores Serviços Petrobras	CDI	5,00%	11/08/13	-	-	9.229	-	d. Remuneração aos acionistas			
Subtotal				51.078	51.636	60.307	51.636	O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais não têm direito de voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% a.a. sobre o capital social e não cumulativos.			
Total Geral				70.605	74.635	136.576	118.458				
Parcela Circulante				57.077	57.736	78.743	66.392				
Parcela não Circulante				13.528	16.899	57.833	52.066				
Juros Pagos				13.734	17.405	17.943	22.174				

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39 / CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a valor presente em 31 de dezembro de 2011, resultou para a Controladora em R\$ 265 e Consolidado R\$ 470. Em 31 de dezembro de 2010 era R\$ 1.113 (Controladora) e R\$ 3.014 (Consolidado).

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas Controladas não possuem cláusulas restritivas (covenants). Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no período estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Cronograma de desembolsos - Não Circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	5.928	-	18.757
2013	5.646	4.554	25.276	15.236
2014	5.389	4.083	17.888	10.444
2015	2.493	2.334	12.950	7.037
2016	-	-	1.719	592
	13.528	16.899	57.833	52.066

17.1. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas Controladas possuem ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 04 e 05 anos, com cláusulas de opção de renovação e opção de compra após essa data. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado das suas Controladas.

Valores capitalizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação e valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Máquinas e equipamentos	4.079	6.953	4.079	6.953
Veículos	491	540	491	540
Total	4.570	7.493	4.570	7.493
Parcela Circulante	2.116	3.375	2.116	3.375
Parcela Não Circulante	2.454	4.118	2.454	4.118
	4.570	7.493	4.570	7.493

O cronograma de desembolso está apresentado conforme segue:

Cronograma de Desembolsos - Não Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Até um ano	-	2.062	-	2.062
Mais de um ano e até 5 anos	2.454	2.056	2.454	2.056
	2.454	4.118	2.454	4.118

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Saldo de Adiantamento de clientes

A conta "Adiantamento de Clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.

Esta conta está composta principalmente de valores recebidos referentes a contratos de construção (vide Nota 7).

19. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia e suas Controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Movimentação dos processos no período

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011
Trabalhistas/cíveis	1.006	791	1.006	791
Tributárias:	-	-	-	-
.Federal	10.015	(6.601)	10.015	(6.601)
.Municipal	55	1	55	1
Outras	532	-	532	-
Depósitos judiciais	(231)	-	(231)	-
	11.377	(5.809)	11.377	(5.809)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício	34.652	10.192	34.652	10.192
Reserva legal	(1.733)	(510)	(1.733)	(510)
Lucro líquido ajustado	32.919	9.682	32.919	9.682
Lucros da realização da depreciação sobre ajuste de aval. patrimonial (IFRS)	4.839	5.593	4.839	5.593
Lucros acumulados (efeitos dos ajustes IFRS)	-	57.248	-	57.248
Subtotal	37.758	72.523	37.758	72.523
Reserva para incentivos fiscais - Investidas	(29.170)	(21.225)	(29.170)	(21.225)
Reserva para orçamento de capital	-	(23.025)	-	(23.025)
Total	8.588	28.273	8.588	28.273
A - Dividendos mínimos 25% do lucro líquido ajustado (ações ordinárias)	3.123	919	3.123	919
B - Dividendos mínimos 25% do lucro líquido ajustado (ações preferenciais)	5.107	1.502	5.107	1.502
C - Dividendos mínimos 8% sobre o respectivo capital (ações preferenciais)	5.798	5.798	5.798	5.798
Dividendo mínimo obrigatório (A+C)	8.921	6.717	8.921	6.717
Excesso de reservas de lucros	881	-	881	-
Dividendos propostos	9.468	28.273	9.468	28.273

Proposta do Conselho de Administração
Do lucro líquido a ser destinado de R\$ 9.468, já deduzidas as importâncias correspondentes às participações e à reserva legal de R\$ 1.733 e adicionada à parcela de R\$ 881 referente ao excesso de reserva de lucros, seja destinada à totalidade ao pagamento de dividendos, cabendo R\$ 5.917,13369 (cinco reais, noventa e um centavos e décima seguinte) por ação, com início de pagamento em 22 de junho de 2012.

Movimentação dos dividendos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	9.570	9.532	10.871	3.920
Pagamento	(28.273)	(9.344)	(32.419)	(9.344)
Constituição de provisão	27.965	9.382	30.810	16.295
Saldo final	9.262	9.570	9.262	10.871



BARDELLA

CNPJ 60.851.615/0001-53
Sociedade Anônima de Capital Aberto

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

abrasca
compañia associada

NOSSAS AÇÕES
SÃO NEGOCIADAS
NA BÓLSA DE VALORES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão/reversão ações judiciais	2.177	(11.557)	1.750	(12.838)
Lucro (prejuízo) na venda de bens do imobilizado e investimentos	22.877	49	22.967	38.256
Resultado líquido na venda de participações societárias	-	18.849	-	(10.767)
Subvenções Governamentais (*)	-	-	29.170	21.225
Dividendos recebidos	1.276	-	1.840	-
Provisão para despesas com garantia em consórcio	-	-	(1.562)	(1.983)
Recuperação de despesas	2.416	1.552	2.416	22
Custo ociosidade fabricação	(4.300)	-	(4.300)	-
Outras (despesas) receitas operacionais	(187)	(1.740)	(1.274)	(4.305)
	24.259	7.153	51.007	29.610

(*) As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, entretanto, devido a restrições legais quanto à sua distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reserva de Incentivos Fiscais. Os custos com ociosidade referem-se à situação anormal e temporária de ocupação dos meios produtivos, tendo ocorrido principalmente no último trimestre do exercício.

23. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Para fins de administração, as entidades do consolidado da Companhia são divididas em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais:

- O segmento de mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda;
- O segmento de aços e serviços representado pela laminação e trelição de metais e serviços diversos.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita bruta e no lucro ou prejuízo líquido.

31/12/2011	Aços e Serviços		Eliminações	Consolidado
	Mecânica	Serviços		
Receita bruta	496.491	349.767	(105.561)	740.697
Lucro líquido	34.652	26.618	(26.618)	34.652
Ativos operacionais	708.187	292.304	(164.917)	835.574
Passivos operacionais	270.130	171.744	(53.471)	368.403

24. RECEITA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta vendas de produtos	496.399	656.249	687.970	794.715
Receita bruta serviços prestados	92	24.147	52.727	187.348
Impostos s/ vendas	(74.735)	(90.123)	(127.291)	(145.748)
Abatimentos e devoluções	(3.160)	(8.013)	(3.221)	(8.013)
Receita Líquida	418.596	582.260	610.185	828.302

25. DESPESA POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Materiais e demais desp. comerciais e adm.	(284.926)	(498.259)	(402.415)	(623.903)
Gastos com pessoal	(117.204)	(98.916)	(169.523)	(195.508)
Depreciação	(13.117)	(15.948)	(27.296)	(24.562)
Total	(415.247)	(613.123)	(599.234)	(843.973)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custo dos Bens e/ou Serv. Vendidos	(359.268)	(549.129)	(518.755)	(756.141)
Despesas com Vendas	(25.561)	(38.063)	(27.800)	(40.058)
Despesas Gerais e Administrativas	(26.592)	(20.990)	(48.174)	(42.202)
Honorários e participação da administração	(3.826)	(4.941)	(4.505)	(5.572)
Total	(415.247)	(613.123)	(599.234)	(843.973)

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas Controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total dos riscos diversos conforme apólice vigente era de R\$ 280.006 (em 31/12/2010 era de R\$ 261.909).

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Visão geral

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas Controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das "estimativas contábeis", conforme consta na Nota 3 - *Sumário das principais práticas contábeis*.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

b. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam dos valores de realização e mercado, respectivamente. As aplicações financeiras na Vale S.A., foram classificadas na categoria "Investimentos disponíveis para a venda" e estão sendo mantidos exclusivamente com finalidade de aplicação financeira, encontram-se avaliados pelo seu valor justo, com base nas cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a agentes financeiros de primeira linha. Os derivativos são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado e referem-se a contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. São avaliados por essa hierarquia os saldos de empréstimos e financiamentos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos.

Não existem instrumentos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento.

c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados abaixo:

Natureza do Saldo	31/12/2011		31/12/2010		Moeda
	Valor (em R\$ mil)	Moeda	Valor (em R\$ mil)	Moeda	
Adiantamentos para importações	1.018	EUR	3.845	EUR	
Adiantamentos para importações	241	USD	521	USD	
Financiamento Finimp	6.744	EUR	5.623	EUR	
Financiamento Finimp	3.025	USD	3.520	USD	
Importações de materiais	32	EUR	1.610	EUR	
Importações de materiais	733	USD	1.728	USD	

d. Riscos

As operações da Companhia e das suas Controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas Controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas Controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas Controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas Controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas Controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações. Os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado do período da controladora conforme demonstra a Nota 22.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio Líquido Consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2011	+25	(152)	(152)
	+50	(304)	(304)
	-25	152	152
	-50	304	304
31/12/2010	+25	(261)	(261)
	+50	(521)	(521)
	-25	261	261
	-50	521	521

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio Consolidado.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas Controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas Controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

e. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2011	+25	(2.442)	(2.442)
	+50	(4.884)	(4.884)
	-25	2.442	2.442
	-50	4.884	4.884
31/12/2010	+25	(2.029)	(2.029)
	+50	(4.058)	(4.058)
	-25	2.029	2.029
	-50	4.058	4.058

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas Controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas Controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2011.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	70.605	74.635	136.576	118.458
Fornecedores	29.812	71.729	38.790	74.304
Provisão IR e CS	-	-	1.713	11.727
Provisão partic. da Diretoria	2.144	1.930	2.144	1.930
Dividendos Propostos/Juros s/ Cap. Próprio	9.685	9.570	9.685	10.871
Adiantamento de clientes	76.122	69.848	96.705	140.196
Provisão de férias e encargos	8.004	10.385	10.281	15.335
Provisão para contingências	5.568	11.377	9.144	14.772
Empresas Coligadas/Controladas	10.816	47.577	-	-
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão Imposto de Renda e Contrib. Social diferidos	43.383	56.407	50.019	69.512
Outros	14.414	26.592	33.769	42.086
Dívida líquida	270.553	380.050	388.826	499.191
Patrimônio líquido	437.634	455.686	446.748	464.865
Patrimônio líquido e Dívida líquida	708.187	835.736	835.574	964.056
Coefficiente de alavancagem	0,38	0,45	0,48	0,52

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas Controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios, entretanto os contratos relacionados a tais projetos geralmente preveem cláusulas de pagamento vinculadas a eventos físicos de fabricação, o que reduz o risco de inadimplência.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Bardella
Presidente

Alfredo Camargo Penteado Neto
Vice-Presidente

José Rubens de Macedo Soares Sobrinho
Conselheiro

Sheila Periard Henrique Silva
Conselheira

CONSELHO FISCAL

Antonio Luiz Sampaio Carvalho
Conselheiro

Carlos Jorge Loureiro
Conselheiro

Henrique Alves de Araújo
Conselheiro

Alexandre Luiz Oliveira de Toledo
Conselheiro

José Eduardo Escorel de Carvalho
Conselheiro

DIRETORIA

José Roberto Mendes da Silva
Diretor-Presidente

Eduardo Fantin
Diretor

Plínio Centoamore
Diretor

Rubens Geraldo Gunther
Diretor

Contador - Luiz Honório Martins - CRC - 1SP128092/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2011

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e doze, os membros do Conselho Fiscal da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS, em reunião realizada no escritório da Companhia, situado na Rua Hungria, 888 - 3º andar, São Paulo, SP, emitem PARECER, em atendimento às suas obrigações estatutárias e legais, após ouvidos os representantes da auditora Ernst & Young Terco, opinam favoravelmente à aprovação pelos senhores acionistas do Relatório da Administração, Balanço e demais demonstrações financeiras do exercício de 2011, assim como a destinação do lucro, tal como proposto.

São Paulo, 20 de março de 2012.

Antonio Luiz Sampaio Carvalho

Henrique Alves de Araújo

Carlos Jorge Loureiro

José Eduardo Escorel de Carvalho

Alexandre Luiz Oliveira de Toledo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Drayton Teixeira de Melo
Contador CRC-1SP236947/O-3